



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA (12ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Segunda (12ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 25 de abril de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Nona (9ª) e Décima-Primeira (11ª) Sessões Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 04 e 18 de abril de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): **Requerimento Nº 153/2016 - Assunto:** *REQUER AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVES DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE OBRAS NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO EM FRENTE À IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO. Autoria:* LUIZ ANTONIO GUARNIERI, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. **Requerimento Nº 154/2016 - Assunto:** *REQUER AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVES DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS SÃO JOSÉ E RUI BARBOSA. Autoria:* LUIZ ANTONIO GUARNIERI, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. **Requerimento Nº 155/2016 - Assunto:** *REQUEIRO JUNTO AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, QUE CONCEDA REAJUSTE SALARIAL DE 15% ACIMA DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC), FIXADO EM 11,07% NO ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, A TODOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AOS FUNCIONÁRIOS DO SAAE. Autoria:* CINOË DUZO. **Requerimento Nº 156/2016 - Assunto:** *REQUEIRO JUNTO AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, PARA QUE INFORME O*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*CUSTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO BANHEIRO PÚBLICO INSTALADO À AVENIDA LUIS GONZAGA DE AMOÊDO CAMPOS, NO COMPLEXO LAVAPÉS (ZERÃO). **Autoria:** CINOÊ DUZO. **Requerimento Nº 157/2016 - Assunto:** REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE ASFALTAMENTO DA RUA EMA FREDERICHI GARROS, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Requerimento Nº 158/2016 - Assunto:** REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES SOBRE MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SETE AVENIDAS DE MOGI MIRIM. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Requerimento Nº 159/2016 - Assunto:** REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, QUE OFICIE AO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (CECOMSAER), SOLICITAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DA ESQUADRILHA DA FUMAÇA, EM 22 DE OUTUBRO, DATA DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE MOGI MIRIM. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Requerimento Nº 160/2016 - Assunto:** REITERO AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP A INDICAÇÃO NÚMERO 317/15 QUE SOLICITA ALTERAÇÃO DE SENTIDO DAS RUAS EDUARDO BERGO E MATO GROSSO. **Autoria:** LUIZ ANTONIO GUARNIERI. **Requerimento Nº 161/2016 - Assunto:** REQUEIRO INFORMAÇÕES A RESPEITO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA PODA E LIMPEZA DO MATO E ÁREAS VERDES EM NOSSO MUNICÍPIO. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Requerimento Nº 162/2016 - Assunto:** REQUER AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES E QUAIS PROVIDÊNCIAS ESTÃO SENDO TOMADAS, PARA MELHORIAS DO SERVIÇO DE VARRIÇÃO, NOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, DIANTE DE*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

INÚMERAS RECLAMAÇÕES FEITAS PELA POPULAÇÃO. **Autoria:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. **Requerimento Nº 163/2016 - Assunto:** REQUER AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES REFERENTES AO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO HOJE OFERECIDO PELA REDE PÚBLICA, NO MUNICÍPIO. **Autoria:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: **Indicação Nº 296/2016 - Assunto:** INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE RECOLHIMENTO DE ENTULHO ACUMULADO NA RUA JOSÉ AJUB, NA VILA PICHATELLI. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Indicação Nº 297/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA BRASIL. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 298/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA NA ILUMINAÇÃO DA PÚBLICA DA RUA DOUTOR OLÍMPIO FERREIRA BRITO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM LONGATTO. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 299/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PERNAMBUCO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 300/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

JÚLIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 301/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP E A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA PRAÇA IBRANTINA CARDONA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 302/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NOS HOLOFOTES EXISTENTES NAS ÁREAS INTERNAS E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DO PÁTIO DO TIRO-DE-GUERRA 02-023 DE MOGI MIRIM. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 303/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA ÁUREA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ÁUREA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 304/2016 - Assunto:** SOLICITA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO UMA LOMBADA NA RUA ORLANDO BATISTA NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO PERTO DA IGREJA EVANGÉLICA, SOLICITA TAMBÉM ESTUDOS PARA QUE A VIA TORNE SENTIDO ÚNICO DE DIREÇÃO. **Autoria:** MARCOS BENTO ALVES DE GODOY. **Indicação Nº 305/2016 - Assunto:** SOLICITO AO EXMO. SR. PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP QUE EFETUE A RETIRADA DA CAIXA D'ÁGUA AO LADO DO PRÉDIO DA EMEB PROFESSORA ANA ISABEL DA COSTA FERREIRA, SEHAC, QUE ENCONTRA – SE EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO. **Autoria:** LAÉRCIO ROCHA PIRES. **Indicação Nº 306/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA OCEANIA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 307/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA TIRADENTES, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 308/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA JOSÉ SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 309/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANGELINO MARIOTONI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 310/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA CORONEL LEITÃO, LOCALIZADA NO CENTRO. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 311/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA MARCILIANO, LOCALIZADA NO CENTRO. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 312/2016** - **Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA SANTA CRUZ, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 313/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA FERREIRA LIMA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SCOMPARIM. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 314/2016 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA LÁZARO DO AMARAL MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação Nº 316/2016 - Assunto:** INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP QUE PROVIDENCIE JUNTO AO DEPARTAMENTO COMPETENTE, LIMPEZA DE BOCA DE LOBO. **Autoria:** LUIZ ANTONIO GUARNIERI. **Indicação Nº 317/2016 - Assunto:** SOLICITA AO SR. PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, ATUAÇÃO DO SERVIÇO “TAPA BURACO”, NA RUA FRANCISCO MANERA EM FRENTE AO Nº 702, PARQUE NOVACOOP, QUE FOI ABERTO PELO SAAE, E NÃO CONCLUÍDO A MASSA ASFÁLTICA, DIANTE DE INÚMERAS RECLAMAÇÕES FEITAS PELOS MUNÍCIPES MORADORES DA REGIÃO. **Autoria:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. **Indicação Nº 318/2016 - Assunto:** SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS NO CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL JARDIM NAZARETH, SITO, RUA*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*BENEDITO DA CUNHA CAMPOS Nº 535, MOGI MIRIM-SP. **Autoria:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. **Indicação Nº 319/2016 - Assunto:** SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, PROVIDÊNCIAS PARA QUE SEJA NOTIFICADO E INTIMADO O PROPRIETÁRIO DO TERRENO BALDIO LOCALIZADO NA RUA APRIGIO GONÇALVES DA SILVEIRA, VILA SÃO JOSÉ, PARA QUE SEJA FEITA A LIMPEZA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E MURO NO TERRENO CITADO. **Autoria:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. **Indicação Nº 320/2016 - Assunto:** SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, PROVIDÊNCIAS NA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA RUA PREF. ATALIBA SILVEIRA FRANCO, ESQUINA COM A RUA PADRE JOSÉ, VILA SÃO JOSÉ, MOGI MIRIM SP. **AUTORIA:** DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. **Indicação Nº 321/2016 - Assunto:** INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE PASSE COM O CARRO PIPA UMIDECENDO O SOLO NAS RUAS DO PARQUE DAS LARANJEIRAS PARA AMENIZAR OS EFEITOS DA POEIRA. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES.* A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): **Moção Nº 35/2016 - Assunto:** **MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA IRENE RODRIGUES ROMANELLO, OCORRIDO DIA 12 DE ABRIL DE 2016. **Autoria:** MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS.** Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como os primeiros inscritos, Vereadores Laércio Rocha Pires e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Neste final de semana, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Diário Oficial de Mogi Mirim, foi publicado o Decreto nº 7.146, criando a comissão de reestruturação administrativa do SAAE. A comissão está prevista, na última lei votada nesta Casa. Vocês se lembram, que foi votado o projeto, prefeito teve que fazer de novo, voltou para a Câmara. Então, foi votada três vezes. Na última vez, o projeto foi votado e sancionado, em 06 março 2015. O Artigo 1º diz, que o prazo estipulado no parágrafo 3º, do Artigo 7º, da lei municipal 5.586, que atribui novas competências ao SAAE, ficou prorrogado até 31 dezembro de 2015. Então, o Decreto 7.146 já deveria estar pronto, em 31 de dezembro de 2015. Porém, o prefeito baixou o decreto no dia 15 de abril de 2016, criando a comissão. O prazo já se foi. Mesmo com toda esta bagunça, não tiveram alguém, que fizesse uma previsão, ou estudasse a lei. Não têm nada. Segundo os jornais, estes informaram, que o gasto com a Folha de Pessoal está atingindo o limite. Se observarmos a lei nº 5586, veremos que ela proíbe a exoneração de funcionários. Segundo a matéria, será feito um plano de migração dos funcionários para a empresa. Estou alertando aos funcionários, para que não assinem documento algum, de migração, com a outra empresa. Se fizerem isso, estarão resolvendo o problema, que o prefeito e a equipe dele fizeram, por causa do limite prudencial. Oriente a não assinarem o documento. E o limite, que está para estourar? O atual prefeito vai deixar uma bucha enorme, grande problema para o próximo governo. Ele poderá ser indiciado por problema administrativo muito grande, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos fazer um requerimento, na semana que vem, indagando sobre o prazo perdido e sobre a orientação, que estão dando aos funcionários do SAAE. Estão colocando os funcionários do SAAE numa grande armadilha, armadilha esta, que eles mesmo armaram. Vamos pedir informações e que o teor do decreto seja enviado, em forma de projeto de lei, para a Câmara, para a votação. Tenho denúncia para fazer também, sobre saúde, e falar sobre o Parque das Laranjeiras, que está sofrendo problema maior ainda, que buraco, ou lama, que é a poeira”, discursou. Na sequência, fez



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Quero comentar os Requerimento nºs 153 e 154/2016. Na terça-feira, realizamos uma reunião, no salão paroquial da matriz de São José, quando estiveram presentes o pároco, Padre Nelson; o subtenente Robert, do Tiro de Guerra; a Vereadora Maria Helena, inúmeros assessores e a imprensa; representando o prefeito, o Antônio Carlos Camilotti, e Beatriz Gardinalli, Secretária de Planejamento, e este vereador. Motivo da reunião foi iniciar a discussão, um planejamento, para a reurbanização da praça São José, o entorno da igreja, onde temos algumas árvores enormes e o monumento alusivo ao fim da Segunda Guerra Mundial. O subtenente Robert achou muito interessante a transferência do obelisco, para que possa ficar instalado no Tiro de Guerra. Quem sabe ali também, fazendo um prédio novo, abrigando todas as peças e materiais da Força Expedicionária Brasileira – FEB, presente na Segunda Grande Guerra. Muitos desses acervos estão encaixotados no Centro Cultural. Estes seriam alguns aspectos. O arquiteto Hélvio Guatelli esteve presente, colocou opinião um pouco controversa. Ele acha que devemos permanecer com o obelisco onde está, evidentemente, realizando conservação, ao invés de abandonado, como está. Além da praça São José, também a reurbanização da Praça Rui Barbosa. Quem sabe uma reurbanização total das praças centrais. Quem sabe chamar a Associação Comercial - ACIMM, para fazer um concurso de projetos, para o centro da cidade, quem sabe. Também para o Jardim Velho – Praça Floriano Peixoto, principalmente, a parte em frente à Igreja Nossa Senhora do Carmo. É uma igreja antiga, que está sendo restaurada, junto com a matriz de São José. Evidentemente, é necessária a participação da prefeitura, para melhorar aquele acesso. Se não é possível uma reurbanização total, quem sabe, melhorar a frente das igrejas. Melhorar o atrativo dos principais patrimônios culturais da cidade, nossas duas igrejas. É o pontapé inicial. Quem sabe tenhamos, pelo menos, projetos para os próximos prefeitos. Mas que sejam projetos com planejamento para a próxima administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Completando, hoje, foi encaminhado à Terceira vara Civil da Comarca ação popular pedindo a suspensão da Lei Ordinária 5.586/2014, que é a concessão do SAAE. É um projeto do PSB. Há muito efetuávamos esta ação, mesmo antes da realização do projeto do plebiscito e, hoje, encaminhamos a ação à Justiça. O intuito é parar com a loucura do prefeito, que não pensa na cidade e muito menos nos funcionários do SAAE. O PSB está mobilizado para segurar a concessão a qualquer custo, evidentemente nos moldes da Justiça, de forma legal, na ação popular”, declarou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Completando a ação da concessão. É uma ação que demorou, porque foi muito discutida. Nós tivemos três audiências públicas. Tivemos discussão com profissionais extremamente competentes, da região e do município. Finalmente completamos e Dr. José Barbosa deu o cunho e entrou com a ação. Foi apensada à ação, que já está correndo, e já foi protocolada pelo partido. Esperamos a resposta. Pedimos em cima do artigo 300 do CPC - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Provamos com fatos, o que ocorreu. Esperamos a resposta da Justiça, agora. Não vou discutir os detalhes, porque prefiro aguardar o recebimento na 3ª. Vara e a resposta da questão da tutela. Depois abriremos à população mais dados sobre a ação. Inclusive, colocamos a ata da reunião quando foi autorizada a concessão. Tudo, devidamente documentado. Vamos esperar a resposta da Justiça. Este é todo o trabalho. Inicialmente, eram vários partidos, terminando com a ação do PSB, via Dr. José Barbosa. Também, na semana passada, nós solicitamos um encontro com a coordenação da sindicância, para discutir o projeto que foi enviado. Descobrimos que, nessa área, houve regularização à época do Carlos Nelson e agora foi ampliada com o projeto enviado. Vamos discutir e passar à discussão para os colegas, a fim de votarmos conscientes. Na sequência, como o próximo orador, Vereador Manoel Eduardo Pereira da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cruz Palomino, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna. “Conforme o noticiário do último final de semana, não poderia deixar de colocar minha satisfação de poder, hoje, através do meu partido, da nobreza de um partido, que lançou três pré-candidatos a prefeito. Meu nome é um deles. Temos quatro cadeiras no Poder Legislativo. O partido dará uma oportunidade de uma pré-eleição à população apontar um nome. Se todos assim fizessem, teríamos uma eleição mais avantajada, com nomes já escolhidos, por parte da população. Estou feliz, contente e preparado. Quando entrei na política, entrei para fazer a diferença. Quero dizer a todos, que estou preparado, caso eu venha a ser um dos escolhidos no partido. Sobre outro assunto, o lixo não catou, mas, pelo menos o fumacê está sendo feito na cidade, desde o Jardim Brasília até a zona sul. Mas é o lixo está sendo queimado, já que a prefeitura não retira o lixo, que se acumula. Absurdo. A queima do lixo traz problemas respiratórios, lixo tóxico. A fumaça fere crianças, que têm problemas respiratórios. Pessoas com bronquite. Todo pai e toda mãe está sofrendo com os filhos em crise alérgica. Agora, vou começar a documentar, pois não é possível a cidade, e a sujeira, que ela está. O lixo toma conta das calçadas. Espero, que a partir de hoje, tomem providências. Quanto ao pedido do Vereador Luís Roberto, para que os funcionários não assinem junto à empresa possível concessionária, junto ao SAAE, é complicado. Algum advogado oriente os funcionários, porque se não assinarem, isto poderá comprometê-los. Vão entrar na Justiça e ficar vinte, trinta anos esperando uma resposta? Este é assunto jurídico. Assunto jurídico deve ser tratado com quem conhece leis. Muitas vezes, não estamos aptos para influenciar uma situação. A ação popular é algo bacana. Se o Juiz achar legal, bacana. A ação popular encerra o número de pessoas que não aceitam o que está sendo feito. De repente, o juiz pode paralisar. Bacana”, salientou. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Quero agradecer ao presidente da Casa, que há duas semanas se prontificou a providenciar uma van, para audiência junto ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Secretário Adjunto de Segurança do Estado. Agradeço. Mas não poderíamos abrir mão dos sitiantes, que fizeram todo o esforço, para podermos estar lá, na quinta-feira, às 15 horas, com a presença dos sitiantes. Portanto, estavam presentes, na reunião, os vereadores Osvaldo, Luzia, Jorge, eu e encaminhamos pedido para a van, através do Poder Executivo, e o Antônio Carlos Camilotti, o Secretário de Governo, providenciou. Se algum novo vereador desejar ir, o carro da câmara também acompanhará nosso transporte. Estamos cumprindo o compromisso, que assumimos, com os sitiantes. Levando toda a proposta das polícias Militar e Civil, colhida numa reunião outra. Também quero colocar que o PSB protocolou, hoje, uma ação popular contra as irregularidades do processo legislativo, referente à lei, que deu ao prefeito a possibilidade de concessionar o SAAE. É um esforço, que está em andamento há mais de ano e meio. Fizemos várias manifestações nas praças e ruas e coletamos assinaturas, contra a privatização do SAAE. Fizemos três audiências públicas e mostramos a possibilidade de ser uma autarquia não debilitada, que ela se sustenta. Todo o esforço, através do advogado, Dr. José Barbosa, que formatou a ação popular, impetrada na Terceira Vara da Comarca. Certamente, daremos continuidade a luta contra a concessão do SAAE', ponderou. Como o próximo inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. "Primeiramente, menção ao projeto Morro do Sol. Quando pedi o adiamento, tinha algumas dúvidas, em relação ao loteamento, em si. Busquei esclarecimentos e vi que estava dentro da legalidade. Votarei, favoravelmente, ao projeto. Apenas gosto de esclarecer dúvidas. É um direito meu e de todo o vereador. Mas do que nunca isso prova a integridade do loteamento. Relativo a Lei 5.586, de concessão do SAAE. Há dois anos, o Ernani e o PSB foram para a praça. Fotos postadas, de vereadores que diziam 'estão vendendo o SAAE'. Fizemos um 'auê'. Eu menciono que é mera politicagem pura e barata, está provado. Carlos Nelson Bueno entrou com uma ação na 4ª. Vara. Foi só



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele entrar e entraram depois. Por que não entraram na época do auê, na praça? Por que só agora? O edital já estava em trâmite há tempos. Se mencionam várias dúvidas no projeto, não precisavam esperar o edital para terem base. Poderiam ter entrado, verdade é esta. Perdoem-me, duro de dizer, mas, para mim, é politicagem barata. Não concorda? Vá lá e entre com a ação. Bateram dois anos nisso. Esperaram o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, para entrarem juntos. Está distribuída na 4ª. Vara da Comarca. Demagogia barata”, declarou. Como o próximo orador, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Benedito José do Couto. “Falar sobre o Parque das Laranjeiras. O vereador até mencionou o caos da poeira. Realmente, estão sofrendo com a poeira. Para se fazer uma benfeitoria, faz bagunça. Para fazer uma omelete é necessário quebrar os ovos. Na Rua 15, os carros não têm dó, passam em alta velocidade, poeira. Pessoas com problemas respiratórios. Complicado. Quero justificar, que diante desse quadro, reclamei, para que providenciassem fosse jogada água por lá. O departamento disse que o caminhão pipa está quebrado e ficará pronto na quarta-feira. O outro caminhão que têm por lá é o de água tratada e essa água não pode ser utilizada para isso. Na quarta-feira o caminhão estará pronto e a água será jogada nas ruas, amenizando o problema. Queria aproveitar a oportunidade. O Vereador Marcos falou bem e achei muito bonito, por parte do Solidariedade, de lançar três pré-candidatos. Boa ideia, faz uma prévia da eleição do melhor e mais aceitável à população. Parabéns ao SD, pela excelente posição”, afirmou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Quero falar sobre o Zerão. O prefeito continua rasgando dinheiro. Fiz requerimento, para que informem o cronograma das obras feitas no Zerão e, até agora, não recebi nada. Eu pergunto: por que a draga está estacionada no lago do Lavapés? Não tem serventia, está de enfeite. Este enfeite está custando caro. A hora da máquina parada custa caro. É muito fácil. Contrata, não fiscaliza e deixa por lá. Pedi o contrato dos custos e não tive retorno.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Enquanto isso, a draga está lá, parada. Feito bibelô. Sem função alguma. Aliás, só funcionou quando a EPTV Campinas veio filmar. Daí funcionou. Mexeram, foram lá, deram partida na draga e, logo depois que a repórter foi embora, desligaram a máquina e, até agora, ela lá: rasgando dinheiro da população. Por isso os empresários não querem investir dinheiro em Mogi Mirim. Porque Mogi Mirim não tem mais credibilidade. Dar voto de confiança para o moleque? De jeito algum. O ministério Público é o último recurso. Alguém tem que responder. Alguém está recebendo, sem fazer esforço algum. Cadê o dinheiro? Vem a verba, mas ela não é aplicada, corretamente. Cadê o super secretário? Ganha mais de nove mil reais. Não tem fiscalização! É outro Gasparzinho. O lago está pior do que antes. Horrível. E agora? Quem responde por isso? Sergio Moro, procure Mogi Mirim antes que ela se acabe”, discursou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a vereadora Dayane Amaro Costa. “Primeiramente, quero saudar o Vereador Luiz Guarnieri pelo aniversário. Depois, fazer uma manifestação. Penso, que percebemos se uma administração está boa, ou ruim, pelas indicações. Aqui são pedidas coisas muito básicas, limpeza, lâmpadas e buracos. Se chegamos a este ponto, já sabemos como está a administração. Trazer um comunicado do Jota, escritor e professor. Trouxe uma lista de reivindicações da ETEC e da FATEC. Todas as unidades do Estado estão fazendo, pedem concessão de reajuste salarial, 27,88%, equiparação dos pisos administrativos à UNESP. Funcionar como a UNESP funciona. Plano de saúde, auxílio alimentação aos trabalhadores de carreira. E outras coisas. Pediu que fizessemos uma moção de apoio. Vou elaborá-la e, se todos puderem assinar, irá fortalecer. Eu como membro do PSDB, junto ao vereador Osvaldo, vou procurar os membros do Estado e saber quais ações podem ser feitas. O Vereador Luiz falou sobre as praças da cidade. Em 2013, estive com deputada Mara Gabrili e pedi emenda para tornar a cidade acessível. Foi quando se falou do Projeto Rota Acessível.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim já tinha este projeto pronto feito pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com deficiência. Ana Laura tinha feito todo o mapeamento do projeto na gestão Carlos Nelson Bueno. A deputada se interessou em disponibilizar emenda e ela escolheu o Jardim Velho. Porém esta emenda está enrolada. Crise nacional. Mantenho o contato, tentando desenrolar, e espero que tenhamos boas notícias e se eu precisar, desde já peço o apoio dos Vereadores com assinaturas no pedido”, narrou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. Fiz alguns requerimentos. Quero agradecer aos nobres pares a aprovação do requerimento, solicitando demonstração da Esquadria da Fumaça em Mogi Mirim. Para abrilhantar o aniversário da cidade em 22 de outubro. Conto o esforço de todos os vereadores, para que a demonstração venha acontecer em Mogi Mirim. Nas chácaras São Marcelo, munícipes da rua Ema F. Garros, pedem asfaltamento da rua. Peço informações sobre o asfaltamento desta rua na São Marcelo. Sábado retrasado, em comemoração ao Dia do Exército Brasileiro, estivemos no TG 02-023, os Vereadores Luizinho, Cinoê e Luís Roberto e eu, e lá verificamos a falta de iluminação no pátio do TG. Holofotes queimados e falta de iluminação adequada, para eventos noturnos. Peço a secretaria competente, que possa revisar esta parte da iluminação do TG”, destacou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h39, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**". Antes de submeter a pauta à apreciação da Casa, o Presidente deu ciência ao plenário do **Requerimento nº 164/2016, de autoria do Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, solicitando, “ex-vi” do disposto no Artigo 130, I, § 1º, IV, “c”, V, VI do Regimento Interno vigente, URGÊNCIA**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ESPECIAL, para o **Projeto de Lei nº 30/2016**; (posto a votos, sessão de hoje, nos termos do disposto no Artigo 156, III, do Regimento Interno, a Câmara aprovou, unanimemente, o Requerimento de Urgência Especial nº 164/2016, do Vereador Ary Macedo); (cumpra-se o que solicita): **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 30, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre as áreas de uso comum do loteamento denominado Residencial Morro do Sol, sua integração à categoria de bens dominais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Em discussão o projeto, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “De fato, pedi o adiamento, e já mencionei, que tudo está esclarecido e nada obsta e votarei favorável”, frisou. Também comentou a matéria o Vereador Luiz Guarnieri. “Em nome do partido, eu fiquei incumbido de visitar o SAAE e me informar sobre o projeto. Estive lá, conversando com Luciano Lopes, Evandro e Gustavo, este último, é técnico de saneamento. Os serviços de saneamento não passam pelo loteamento, assim como a rede de esgoto. Logo, pelo SAAE, o projeto está devidamente correto. É um projeto devidamente correto e aprovado”, declarou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Meu voto é favorável. Apenas algumas colocações. Nossa maior preocupação, o constrangimento, vamos dizer assim. Um dos sócios é o Vereador Leonardo, que é nosso colega. Ele se manteve fora da votação, na sessão passada, mas isto preocupa a gente, ou seja, a lisura de nosso voto. Procuramos estudar o projeto, porque, na realidade, o pedido é apenas de fechamento do condomínio. Só isso. Aquela região tem todos os condomínios fechados. Nada mais é do que algo característico daquela área. Não podemos, de jeito algum, sermos contra, porque é característica daquela área. Mas minha maior preocupação era no sentido da descida da água da chuva. A gente sabe, vai desmatando, vai cimentando. E a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

água vem correndo. Quem está embaixo, recebe. Como seria isso? Mas hoje, a gente viu todo o projeto. A minha preocupação já está no contrato, ou seja, as árvores, que serão retiradas, e as tantas outras, que serão colocadas de volta, noutra área, dentro do condomínio. Já há número correto. Isto é muito importante, bem como a questão da água, para onde ela vai. Pudemos ver. Não saberia explicar aqui, mas fiquei satisfeita com o que ouvi e vi, então, é só”, ponderou. Fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Leonardo David Zaniboni, declarando abstenção de voto, conforme reza o Artigo 180, do Regimento Interno; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, com ressalva do voto do Vereador Leonardo D. Zaniboni, Turno Único, o Projeto de Lei nº 30/2016, do Poder Executivo); (à sanção do Prefeito Municipal). Ato contínuo, o Presidente da Câmara submeteu à apreciação do Plenário a pauta da “Ordem do Dia”: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 38, de 2016, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “dando denominação à MMR-063, localizada no Bairro Rural dos Alves, de Estrada Professora Ruth Netto de Araújo”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 38/2016, do Vereador Jorge Setoguchi); (à sanção do Prefeito Municipal); EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 01, de 2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituído no Município de Mogi Mirim a Parada Legal, no transporte coletivo”. Havendo rejeição do Parecer desfavorável, o Projeto de Lei será encaminhado à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, “ex-vi” do contido no § 4º do Artigo 55 do Regimento Interno. Para discutir o parecer desfavorável, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Não vou discutir o parecer desfavorável, mas o parecer favorável. Já existe este



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedimento, por parte de alguns motoristas, mas não é legal. Se a fiscalizar pegar, dá multa. Em algumas cidades, isto já ocorre. O projeto é para que a empresa possa autorizar os motoristas a que, em casos de passageiros idosos, mães com crianças de colo, grávidas, doentes, possam parar no local, fora do ponto. Não há custo para o município. Apenas autorizar a lei, para que a empresa permita que os veículos parem no local. Peço apoio para derrubada do parecer”, frisou. O próximo a discutir foi o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo. “Representando a CJR, que deu o parecer desfavorável, explico que o projeto possui vício de iniciativa. O objeto do projeto não é ruim, mas significa, que o vereador vai determinar um contrato com a empresa. Mas não cabe ao vereador a iniciativa de tal matéria, apenas ao Chefe do Executivo. O parecer é técnico. O objeto do projeto é muito interessante”, afirmou. Também comentou o parecer desfavorável o Vereador Luís Roberto Tavares. “Darei voto favorável ao projeto, contra o parecer desfavorável. Vereador Marcos falou que a prática já existe. Motoristas, que fazem a cortesia, colocando em risco a garantia do trabalho. Podem sofrer sanções. Será muito benéfico aos acidentados, doentes, idosos, principalmente, à noite e com a iluminação que temos na cidade”, aclarou. O próximo orador a discutir o parecer desfavorável foi o Vereador Cinoê Duzo. “Quero enaltecer o vereador, autor da lei, e o parabenizar. Depois das 20 horas. É importantíssimo frisar que a lei se aplicará depois das 20 horas. O direito não se estende ao dia. Entendo o parecer da CJR, que aponta o vício de iniciativa. Entendo o bom senso. Depois das 20 horas a cidade fica perigosa e há falta de policiamento, o que contribui, para que a pessoa se sinta insegura. Creio, que o meu partido vá votar favorável ao projeto e contra o parecer desfavorável”, explicou. O próximo orador a discutir a matéria foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “O projeto em questão é um projeto muito bom, do ponto de vista funcional. O parecer é desfavorável e a comissão está correta no parecer. Este tipo de projeto, é aquele, cujo ideal é encaminhar via minuta e o Executivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mandar o projeto à Câmara. Estaríamos calçados na legalidade. Mas como não houve, por ser projeto de suma importância, a Vereadora Dayane e eu votaremos contra o parecer desfavorável. Sempre declarei, que sou contra votar parecer desfavorável. Corre-se o risco de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIM. Angu de caroço. Mas, neste caso, não acredito, que o prefeito vá entrar no mérito. A lei não impõe custo algum. E o projeto é muito bom. Uma pena, que vereadores não possam apresentar tais tipos de projetos. Mas, como disse, como não tem custos, não acredito numa ADIM. O PSDB votará a favor do projeto, mas devemos ter muito cuidado com projetos inconstitucionais”, observou. O próximo a discutir a matéria foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Quero parabenizar os dois vereadores do partido Solidariedade. Mostram, claramente, que O Vereador Dr. Ary leva a presidência da CJR a sério. Eu votarei contrariamente ao parecer desfavorável. É um voto político, não deixa de ser. Caso contrário, teríamos que acompanhar o parecer. Acompanho o pensamento do Osvaldo. E já comentei com minha assessora, de que se deveria existir um dispositivo, que proibisse, que a matéria inconstitucional venha para a votação. Somos Legislativo, mas também uma entidade política, então, muitas vezes, achamos um projeto muito bom e acabamos por derrubar um parecer de alguma comissão. Mas, meus parabéns ao Vereador Ary, pela seriedade no trato da comissão. Parabéns ao Vereador Marcos, pela apresentação, pois é projeto sensacional. Conte comigo, para derrubar o parecer”, explicou; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, unanimemente, Turno Único, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 01/2016, do Vereador Marcos Bento); (à análise da COSPAP); 3. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 02, de 2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy “instituinte no Município de Mogi Mirim a Creche Municipal do Idoso”. Havendo rejeição do Parecer desfavorável, o Projeto de Lei será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, “ex-vi”



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do contido no § 4º do art. 55 do Regimento Interno. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 165/2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a retirada do Projeto de Lei nº 02/2016, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão, o que foi aprovado, por unanimidade; (retire-se, archive-se); 4. **PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação**, ao Projeto de Lei nº 04, de 2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy “dispondo sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo em instituir o Exame de Saúde Básico para todas as crianças matriculadas nas creches e alunos da rede municipal de ensino”. Havendo **rejeição** do Parecer desfavorável, o Projeto de Lei será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, “ex-vi” do contido no § 4º do art. 55 do Regimento Interno. Para comentar a matéria, usou da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Entendo que este projeto tem vício iniciativa e que já existe lei federal, que cobra isso do Poder Executivo. Mas será mais uma lei, para chamar atenção das autoridades. Através deste exame, poderemos diagnosticar doenças crônicas e futuras, sem contar na economia, com a prevenção. Porque a prevenção gera benefícios, no futuro. O tratamento fica mais caro que a prevenção. Acho que as creches e pré-escolas deveriam ter uma carteirinha de exames médicos. Mogi Mirim tem condições, nós temos orçamento e se tivermos um bom projeto junto à Secretaria de Saúde, o Estado poderia subsidiar. Fica uma forma de chamar atenção das autoridades, para que os próximos se atentem. Se for rejeitado, eu entendo, mas ficou o meu ‘chama atenção’”, declarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo. “Este projeto não é perseguição, mas ele também tem o vício de iniciativa. O governo federal já tem vários projetos como este. O Criança na Escola, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

exemplo, que proporciona tratamento odontológico, educação nutricional, sexual etc. Programa do governo com o mesmo objetivo. Este projeto é redundante, além disso, traz despesas para o Poder Executivo. Tecnicamente, não é possível, por isso, o parecer desfavorável”, explicou. O próximo orador foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Como profissional da área da saúde, acho o trabalho preventivo ideal. Porém, entendo o parecer técnico e está correto. Há o vício de iniciativa e a matéria gera custos. Penso, q que, já que existe a lei federal, que não está sendo cumprida, então eu penso em derrubar o parecer, até porque eu sei como funciona a administração municipal. No meu primeiro ano de mandato cansei de enviar minutas de projetos de lei. Foram todas para o lixo. O prefeito nunca deu retorno a respeito. Então, eu entendo porque o Vereador Marcos elaborou o projeto de lei, mesmo viciado. Vou votar contrariamente ao parecer, mas além disso, é importante, Vereador, fazer denúncia junto ao Ministério Público, a respeito do descumprimento da lei federal. Se todos assinassem, isso fortaleceria ainda mais a causa. Não devemos deixar passar o descumprimento da lei”, afirmou. Também comentou o parecer desfavorável a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “É uma questão de prevenção. Querer, desejar apostar numa geração sem doenças, mais forte, mais livre, com maiores condições de positividade na evolução do ensino, então, é necessário nos empenharmos na base, que é o início da vida educacional a criança. A criança que recebe qualquer ajuda federal, seus pais são obrigados a leva-la no posto de saúde e ver vacinas, peso e acompanhar a criança. Isto não deve ser apenas para as crianças que recebem o Bolsa Família, mas para todas. E tem que ter a responsabilidade de cobrança, por parte dos pais também. Mas se o próprio município não fizer a sua parte, daí fica difícil. Qual a geração, que realmente queremos? Que cresça com saúde? Que acompanhe bem a escola? Que ao crescer esteja compatível com as exigências do mercado de trabalho? Se o município não se preocupa e não faz por onde, que isso mude, realmente. Se não é feito, vamos fazer, ver o que pode ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

feito”, discursou. Na sequência, falou o Vereador Cinoê Duzo. “Este é projeto de suma importância. Imaginem termos que aprovar uma lei obrigando o município a fazer o que já é sua obrigação! Um município sério dá atenção às suas crianças, do colo ao fundamental. Se o município não está cumprindo com tal obrigação, não vou ficar surpreso. O desgoverno não está nem aí para isso. Infelizmente. Fica o alerta. Independentemente de oposição e situação, sua lei é importante. Mas faltando meses para o término do governo, veja como está a cidade. Penso que o PSB vá apoiar sua ideia, mas veja quanto tempo vossa senhoria contribuiu para este desgoverno, Vereador Marcos. Nem vou mencionar que, até um mês atrás, vossa excelência fazia parte do governo. Veja quanto esta cidade retrocedeu. Fica este alerta. Com todo o respeito. Quanto esta cidade retrocedeu, desde o organograma aprovado e que o senhor defendia? Uma lei importante, séria e necessária. Estamos falando de crianças, de alunos, mas não podemos, simplesmente, pegar o apagador e passar a borracha nesta história desastrosa do nosso município. Felicito o senhor pela ideia, mas fica o alerta. Não percamos mais tempo”, explanou. Também comentou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu estive numa escola, estavam fazendo exame oftalmológicos, exames de visão. Chamou-me atenção, que, no seu projeto, é hemograma, tripagem, odontológico e outros. Portanto, tornar obrigatoriedade nos tranquiliza, porque poderemos cobrar a administração. Votarei pela derrubada do parecer, entendendo que é projeto viável e possível de ser atendido, pela administração municipal”, salientou; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por doze (12) votos contrários a quatro (04) votos favoráveis, Turno Único, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 04/2016, do Vereador Marcos Bento); (à análise da CESAS). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Imediatamente, fez



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Nos bastidores, ouvimos os vereadores comentando. Vemos que independentemente de eleições, ou não, nenhum vereador aqui pode votar nada com o prefeito. Porque a oposição quer que você seja contra na marra. Nas próximas segundas-feiras, vamos começar a ver os gatos colocando as unhas para fora, vamos começar a dar nomes aos bois nesta Casa, porque, no passado, faziam coisas absurdas, mas, hoje, são contra tudo. Falam dos roubos nas chácaras e sítios. Nós temos vereador aqui, que, no passado, votou para trazer a cadeira para a cidade. Hoje, está a defender, mas quem sabe os roubos não sejam reflexo da cadeira que veio para Mogi Mirim. Então, existem vereadores aqui, que ficam posando. Temos que dar nomes e mostrar aos sitiantees que alguns desses empurraram a cadeira para a população rural, no passado. Deixa para o futuro. Vereador Benedito. Eu estive, na quarta-feira, na quinta-feira e sexta-feira no Parque das Laranjeiras, onde estão mexendo nas ruas, para tapar buracos. É o cúmulo do absurdo. Isto não existe. Os comandantes têm obrigação de pagar um caminhão pipa, para tirar o povo do sufoco, porque o que está ocorrendo por lá é o cúmulo do absurdo. A poeira é coisa de louco. Eu até entendo que, para fazer a omelete, seja necessário quebrar os ovos, mas está acontecendo uma falta de respeito, para com a população. Recebi reclamações do pessoal da Rua 30, da Rua 26, da Rua 15 e outras. Poeira, que não se acaba. Falei com o secretário. Eles passam o caminhão, mais parece um jato. É muito rápido. Meia hora depois, a poeira volta, porque não está molhado o suficiente. Falei com os responsáveis, mas não resolveu nada. É o cúmulo do absurdo uma cidade com noventa mil habitantes não ter o caminhão pipa para jogar água. O Domênico Bianchi também muitas reclamações. Nas ruas onde a máquina passou, temos um pó muito fino. Pessoal passando mal. Pessoas idosas e carentes, que não têm dinheiro para comprar um remédio. Estão passando um sufoco. Os comandantes têm a obrigação. Que o prefeito tenha piedade da população. Pague um caminhão de água! Alugue um caminhão, para jogar água nas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ruas, pois é de doer o coração. É humilhante. Isto não pode. Quatro dias sem trabalharem, desde o final e semana. Como fica a situação da população? Pessoas passando mal. Quanto ao SAAE. Está aparecendo muito ‘pai da criança’ por aqui, forte. Até semana passada estava ‘morto’. Carlos Nelson Bueno entrou na Justiça, daí começou. Já estão aparecendo partidos os quais nunca foram vistos. Temos que dar a César o que é de César. O assunto estava morto, perdido, Carlos Nelson Bueno acionou, a coisa começou. Sim, porque a oposição é fraca. Até agora não teve coragem de barrar o processo, mas entraram, de repente. Entraram hoje. Carlos Nelson Bueno, na semana passada. Movimento para cá e para lá e não resolveram nada. Ano eleitoral é mesmo uma graça”, sublinhou. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Primeiramente, falar da indicação que fiz, solicitando, por parte da prefeitura, providências para o Parque das Laranjeiras. Se fosse uma obra planejada e com respeito à população, ela teria se iniciado com o trabalho de captação de águas, rasgar as ruas e colocar todo o encanamento; depois, em seguida, guias, sarjeta e asfalto. Porém, a prefeitura iniciou e parou. Depois retornou e parou. Por isso eu fui atrás da verba e conversei com o deputado Federal Sílvio Torres, verba destinada, para, quem sabe, terminar este trabalho, que a prefeitura iniciou. Porém, o maior problema não é a lama, tampouco os buracos. Os moradores reclamam é da poeira. Há locais com dois centímetros de poeira fina. Como a Rua 15 ficou boa, alguns carros passam a cem, cento e vinte por hora, e a poeira se alastra, por todo o bairro. Esta é a razão da minha indicação, solicitando providências de um caminhão pipa. Há alguns anos, o prefeito Carlos Nelson Bueno me deu uma resposta de que colocaria um caminhão pipa por lá e, por coincidência, naquela semana choveu. Como fiz a indicação, espero que Deus abençoe e que chova novamente. Estive no DAER e vi caminhão pipa por lá. É questão de querer e fazer. Queria falar sobre o recolhimento de entulhos. Fiz um requerimento hoje,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solicitando informações da prefeitura sobre esses resíduos. Estou falando da prefeitura. A prefeitura faz uma poda de árvore, deixa por lá, na rua. Não faz a retirada do material. Vou citar como exemplo o NIAS. Foi feita limpeza por lá, porém o resíduo não foi retirado. Os jovens passam pela madrugada e, de forma irresponsável, ateam fogo. A população que está dormindo, o idoso, a criança, que estão no bairro, vão inalar toda esta fumaça. Fiz o requerimento, porque eu quero que a prefeitura me informe qual o motivo de deixar o resíduo para trás, ao executar o serviço de poda e limpeza. Trago também um problema sério sobre saúde. Há uma nota da Secretária de Saúde para as UBSs da Santa Clara e do Parque das Laranjeiras, para que fechem às 17 horas. Na nota diz que a decisão foi discutida com o Conselho Municipal de Saúde. Mas isto só foi discutido, com relação à UBS da Santa Clara e não sobre a UBS da zona leste e para piorar, das dezessete pessoas que votaram, apenas nove tiveram votos válidos. Nós perdemos por cinco contra quatro e vão fechar. Nós não vamos deixar fechar não. Vamos convocar a população e nos reunir com a prefeitura, para resolver o problema, e isto tem a ver com a falta de medicamentos, pois menor número de consultas geram menos pedidos de medicamento”, afirmou. Como o próximo inscrito, Vereador Luiz Guarnieri, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Não é de meu feitio desfazer o trabalho de colegas, mas ouvi coisas aqui, as quais não posso deixar passar. Primeiro, no passado, ninguém foi favorável a cadeia alguma, em Mogi Mirim. Existia uma cadeia, no centro da cidade, onde era a delegacia. Houve um movimento para retirada da cadeia do centro da cidade, porque as fugas eram constantes e amedrontavam a população. Quem viveu aquela época sabe o que o centro passou e as casas e ruas desvalorizadas. Houve negociação com o Governo do Estado e até as celas da cadeia foram colocadas abaixo. Hoje, as pessoas são detidas para investigação e, se presas, vão para cadeias fora de Mogi Mirim. Isto não veio do nada. Houve negociação. O que o município abriu mão, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

receber, não foi um presídio, mas o centro de ressocialização. O trabalho realizado aqui, em Mogi Mirim, foi referência. A população, no final, aprovou e conviveu com o centro de ressocialização. Pena que o governo mudou algo lá, no centro, e está acabando com os CRs. Eu tenho medo, porque a atual administração nunca se preocupou e ir até São Paulo, discutir o que será feito naquele espaço. A cadeia feminina está em Mogi Guaçu e esperamos não venha mais nada dessas coisas para Mogi Mirim. Em segundo lugar, qualquer partido que queira entrar com ação contra a concessão do SAAE, é louvável. Só soma o trabalho. Quanto mais pessoas contra, melhor. Entrar com uma segunda ação é ótimo, excelente, pois quem ganha é a cidade. O que vai ocorrer com os funcionários e suas famílias, tudo isso a gente se preocupou. A gente não copiou. A gente se aglutinou. Carlos Nelson deu entrada, que bom. Quem vai ganhar é a cidade”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Primeiramente, quero agradecer o voto dos colegas, os quais derrubaram os pareceres desfavoráveis da CJR. Agraço ao Vereador Ary, presidente da CJR, pois os pareceres estavam corretos, e agradeço o voto de vossa excelência. Quero fazer o repúdio contra a empresa Mazza, que faz a manutenção da iluminação pública, que deveria estar aqui, hoje. Teriam a oportunidade de vir e mostrar o trabalho que estão executando na cidade. Dariam explicações não para nós, vereadores, mas para a imprensa e para a população. Cobrar o que é de direito, o que não está sendo feito. Mais uma vez, uma empresa contratada nem sequer mandou ofício, para justificar ausência. Explicação para nós seria tranquilo, mas quero vê-los dar explicação ao Ministério Público. Todas as perguntas que elaborei e as dos nobres colegas eles teriam que responder. Aceitaríamos, ou não. O MP pode investigar e encontrar algo mais. Eu penso que sejam dois funcionários. A cidade está escura. Quero ver depois as explicações convincentes sendo dadas ao Ministério Público. A esta Casa não é mais necessário”, disse. Na sequência, fez uso da palavra a nobre Edil Maria Helena Scudeler de Barros. “O PSB quer a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nulidade da lei aprovada, nominalmente, pelos Vereadores Laércio Pires, Daniel, Manoel Palomino, Leonardo Zaniboni, Ary Macedo, João Antonio Pires Gonçalves, Benedito José do Couto e Waldemar Marcurio Filho. Estes vereadores, nominalmente, votaram a favor da concessão do serviço de água. Nós, PSB, estamos tentando tirar este peso desta Casa, que é a responsável direta pela concessão, através da nulidade da lei. Esta é a verdade. Torcemos para que haja a nulidade desta lei, porque o peso sobre esta Casa será reduzido. Os vereadores estão entrando com a ação depois de um esforço de um ano, nas ruas. Fizemos um esforço enorme. Houve uma caminhada, para que se chegasse a isso. Termina aqui, com a ação popular. Nós, os vereadores Osvaldo, Dayane, Jorge, Cinoê, Luiz Guarnieri, Luzia, Luís Roberto e eu votamos contrários, mas na Casa prevaleceu a maioria. Agora, através da ação popular, procuramos reduzir os erros cometidos. Deve ser a mesma ação que propõe o ex-prefeito Carlos Nelson Buneo. A nulidade da lei, aprovada por esta Casa. Portanto, não chegamos aqui, eleitoralmente, fazendo um trabalho. Não. Caminhamos um ano e meio. Audiências públicas, indo às ruas, buscando a assinatura da população. Não somos oportunistas. Nós trabalhamos. Fomos eleitos pela população e devemos respeito à população. Portanto, cabe a nós reduzirmos os erros cometidos por esta Casa e estamos tentando, se Deus quiser, através da ação popular, pretendemos reduzir os encargos, que estão no bolso da população”, declarou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, corrigiu a Vereadora do PSB, afirmando que o Vereador Leonardo Zaniboni estava exercendo o cargo de Secretário Municipal de Captação e que, portanto, quem havia votado a lei fora sua suplente, Vereadora Daniela Dalben. Como o próximo inscrito, Vereador Osvaldo Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Tenho impressão que a Vereadora Dayane tenha votado favorável ao projeto. Talvez na segunda vez? Quando eu disse ‘paraquedista’ foi porque Carlos Nelson Bueno não esperou, para entrar com ação. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora citou o nome de vereadores aqui. O PSDB, ex-partido da Vereadora Maria Helena, partido que mais privatizou no país, não entrou com a ação. Por quê? Por que só agora? Bonito. A senhora acabou de falar que acharam inúmeras falhas! Por que não entrou antes, então, se eram tantas as falhas? Carlos Nelson não esperou. A senhora não votou favorável, mas, a administração peessedebista, do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, fez a concessão do Serviços de saneamento - SESAMM. Pessoas falam, metem o pau e criticam, mas não olham para trás. O passado. A senhora pode não ter votado, mas participou das reuniões do acordo com o SESAMM. Tenho fotos da senhora, outros do PSDB e representantes da SESAMM, à época. No acordo feito. Vereadora, querida, quando a senhora falou, eu me calei. Faça-me este favor, querida. Aguarde minha manifestação. Respeito é bom. Não admito vir à tribuna, para bater e apontar: você, você e você. Fui consciente de meu voto. Se para este ou aquele o entendimento foi contrário, problema de cada um. O que me espanta é o paraquedismo não só desta ação, mas de muitas outras. Patifaria. Um vereador faz, outro vem e diz, que foi ele quem fez. Isso também é patifaria. Por que não entraram com a ação antes, só depois que Carlos Nelson ingressou? Ação popular pode ser promovida por qualquer um. Ano de eleição todo mundo bonzinho. Poupe-me desta patifaria de politicagem barata”, salientou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Ary Augusto reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Retornei, porque meu nome foi citado. Eu assumo a responsabilidade de minha votação. Analisei o projeto. O SAAE perde quarenta por cento de água tratada, pois são muitos canos de amianto a serem trocados e canos de ferro. Traz problemas à população. Este serviço tem que ser feito na cidade, por isso votei, favoravelmente. Se há distorção no projeto, ou no edital, ou na licitação, não é problema meu. Eu votei e todos votaram, porque existe um objetivo necessário. Se o SAAE tivesse condições de fazer o serviço, Carlos Nelson teria feito. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senhora pode não ter votado a concessão, realmente, mas a senhora apoiou e nunca fez uma crítica sobre a concessão do SESAMM. O SAAE, hoje, paga horrores à empresa. Os sete milhões em dívidas da prefeitura para com o SAAE, vêm desde a administração Carlos Nelson, a quem a senhora apoiava e nunca o criticou por isso. A senhora era PSDB! Hoje, é favorável à senhora criticar, fácil hoje. Eu votei no projeto porque existe um objetivo, que é necessário. Votei, pela necessidade de se fazer. Pessoas estão com problemas de saúde, em virtude dos canos de amianto. Se a licitação está errada, não é problema meu. O próprio Carlos Nelson defende a parceria, é contra a forma como está sendo feita a licitação. É muito oportunista vir falar contra, mas sobre a necessidade, ninguém fala”, explicou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Quero parabenizar o Vereador Luiz Guarnieri pela passagem do aniversário. Deus o abençoe, desejo saúde e sabedoria. Falar do assunto da iluminação pública na cidade. Horrorosa. Penumbra e escuridão. Daí, mais uma vez, o desgoverno teve a petulância de apenas trocar as lâmpadas de Led, nas principais vias de Mogi Mirim. O que nós recebemos de reclamação das pessoas, que moram nos bairros afastados, é um número enorme. Estão cansados de pedir pela troca de lâmpadas e postes e nada. Como vamos explicar? Esta mesma pessoa vai circular pela cidade. Ela vai investir na cidade, comprando no comércio da cidade. Ela segue pelas principais vias e nota que, nelas, está brilhando. Porém, na rua de sua casa sequer tem o poste, mas é cobrada a taxa da iluminação. Ela reclama que não está sendo feito o serviço. E daí? Isto foi em 2014, setembro. Passaram-se sete meses, e a prefeitura ficou só recebendo a contribuição e não fez nada. Onde está todo este dinheiro? Não só nas sete vias principais da cidade. Por que não no Distrito de Martim Francisco? Por que não na zona rural? Todos pagam, todos merecem receber o benefício. Igual para todos. Sem exceção. E a empresa, por que não vem aqui dar explicações? Onde estão os responsáveis? Onde está o secretário de obras, para acompanhar o processo? Recebe um super salário e não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mostra eficiência. A taxa de iluminação foi votada nesta Casa. Eu votei contra. E ainda há vereador que acredita e dá apoio ao infeliz moleque prefeito. Vai lá e tenta justificar, que acreditou no mentiroso. Para. Já deu. Ele ainda vai dizer: ‘eu tentei fazer o meu melhor, mas a câmara não deixou’. Ele vai tentar se passar por vítima, como no caso do Ecoponto. Não acredito no Pinóquio”, sublinhou. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Nem iria comentar, mas como o vereador Pires citou oposição, como um todo, se a oposição é fraca, o que dirá a base do governo, que não consegue fazer o prefeito sequer tapar buracos? Com relação aos projetos. Projeto do SAAE não votei a favor. Já falei várias vezes. Oberdan Quaglio, Presidente do PT, distribuiu panfletos com minha foto e fiz um Boletim de Ocorrência contra ele. Jornal colocou e semana seguinte fez a errata. Fim. Os projetos, que votei a favor e me arrependo, são o da Contribuição para Iluminação Pública - CIP e organograma administrativo da prefeitura. Era início de governo e eu ainda acreditava, que fosse possível o prefeito cumprir a promessa de campanha. Dei a ele duas chances e ele me decepcionou e muito. Sobre o PSDB e privatizações. Eu ter me filiado ao PSDB não quer dizer, que mudei minha forma de pensar, ou ideologia. Ainda sou estadista. O poder público não pode se curvar a iniciativa privada. Porém, não foi só o PSDB que fez privatizações, mas o governo federal fez inúmeras. O maior problema não está nas privatizações. Eu não gosto deste modelo, mas penso que o problema não está no modelo em si, mas na forma como é conduzido. A responsabilidade e os prazos. Tudo isso. Foi algo que o prefeito não cumprir e não cumpre até hoje. Percebe-se que a administração não trabalha com planejamento. O problema não está na concessão, mas na forma como se conduziu o processo até agora. Sobre outro assunto. Dia 23 é o dia da Educação Nacional Dos Surdos e me lembrei do pedido feito e vou cobrar do Presidente o intérprete de Libras para esta Casa. Incomoda-me não ser entendida por certa parcela da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população”, aclarou. O último inscrito, Vereador Jorge Setoguchi, desistiu da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h12, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM